

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

PROFESSOR DE APOIO E SUAS ATUAÇÕES NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS: EXEMPLO DE CASO

PROFESOR DE APOYO Y SUS ACTUACIONES EM LA RED ESTATAL DE MINAS GERAIS: EJEMPLO DE CASO

LUCIMAR FERNANDES

Geógrafa, Especialista em Educação Inclusiva e Professora da Rede Estadual de Ensino em Uberlândia (MG)

lu_hillary@hotmail.com

ANTONIO CARLOS FREIRE SAMPAIO

Docente do Instituto de Geografia da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Inst. Geografia, Uberlândia (MG)

antonio.sampaio@ufu.br

Resumo: O artigo refere a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns que vem acontecendo lentamente. Um dos direitos conseguidos foi a contratação de professores de apoio, tendo início no ano de 2010 na Escola Estadual pesquisada do Município de Uberlândia – MG. Esses professores atendem alunos com deficiências mais severas, as quais os incapacitam de participar sozinhos das atividades da sala de aula. Os professores de apoio são responsáveis pelas adaptações curriculares dos alunos atendidos, auxiliando-os em todas as atividades escolares. São profissionais graduados em licenciatura com especialização em Educação Especial ou Educação Inclusiva. Também são exigidos cursos de aperfeiçoamento específicos, de acordo com as necessidades dos alunos que serão atendidos, como, por exemplo, Comunicação Alternativa, Braille, Tecnologia Assistiva, Libras, entre outros. A contratação desses profissionais está sendo fundamental para a inclusão dos alunos com deficiência, entretanto, durante sua prática são observados problemas que precisam ser sanados. O mais impactante é a falta de conhecimento sobre as responsabilidades do professor de apoio, por parte de todos os profissionais da Escola. Isto faz o trabalho perder o foco e não obter os resultados esperados. O objetivo principal desta pesquisa é analisar as atribuições dos professores de apoio à Inclusão das crianças com deficiências. Na presente pesquisa utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa, neste tipo de pesquisa o pesquisador além de buscar dados, possibilita a busca de entendimento sobre a função do professor de apoio à Inclusão e de sua relação com o professor regente ou professor de disciplinas/aulas.

Palavras – chave: Deficiência, Educação Inclusiva, Professor de Apoio à Inclusão.

Resumen: El artículo se refiere a la inclusión de los alumnos con discapacidad en las escuelas comunes que se está sucediendo lentamente. Uno de los derechos obtenidos fue la contratación de profesores de apoyo, comenzando en el año 2010 en la Escuela Estadual investigada del Municipio de Uberlândia - MG. Estos profesores atienden a alumnos con discapacidades más severas, las cuales los incapacitan de participar solos de las actividades del aula. Los profesores de apoyo son responsables de las adaptaciones curriculares de los alumnos atendidos, auxiliándolos en todas las actividades escolares. Son profesionales graduados en licenciatura con especialización en Educación Especial o Educación Inclusiva. También se requieren cursos de perfeccionamiento específicos, de acuerdo con las necesidades de los alumnos que serán atendidos, como, por ejemplo, Comunicación Alternativa, Braille, Tecnología Assistiva, Libras, entre otros. La contratación de estos profesionales está siendo fundamental para la inclusión de los alumnos con discapacidad, sin embargo, durante su práctica se observan problemas que necesitan ser sanados. El más impactante es la falta de conocimiento sobre las responsabilidades del profesor de apoyo, por parte de todos los profesionales de la Escuela. Esto hace

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

que el trabajo pierda el foco y no obtener los resultados esperados. El objetivo principal de esta investigación es analizar las atribuciones de los profesores de apoyo a la Inclusión de los niños con discapacidades. En la presente investigación se utilizó como metodología la investigación cualitativa, en este tipo de investigación el investigador además de buscar datos, posibilita la búsqueda de entendimiento sobre la función del profesor de apoyo a la Inclusión y de su relación con el profesor regente o profesor de disciplinas / clases.

Palabras clave: Deficiencia. Educación Inclusiva. Profesor de Apoyo. Inclusión.

Introdução

A atuação dos professores de apoio vem se organizando em condição fundamental para educação inclusiva dos alunos com deficiência. O apoio a esses alunos tem levantado à discussão acerca da relação professor regente e professor de apoio, envolvendo a necessidade de desenvolver uma atuação articulada entre os diferentes agentes educacionais.

De forma colaborativa entre esses agentes: professor regente / disciplinas, professor de apoio, professor sala recurso (Atendimento Educacional Especializado – AEE), família e comunidade, vêm assumindo um papel fundamental, no sentido de contribuir para o sucesso escolar dos alunos com deficiência.

O estudo tem por objetivo geral analisar a função do professor de apoio à inclusão dos alunos com deficiência e de como esses profissionais vem buscando conhecimento sobre sua função diante da real situação vivida dentro da sala de aula.

Durante muito tempo, as diretrizes, declarações e os acordos internacionais vêm gerando mudanças na educação, onde buscam proporcionar uma igualdade no conhecimento teórico e prático a todos os alunos. Uma nova visão para a adoção inclusiva, na qual a diversidade deve ser compreendida. Proporcionando o direito das crianças frequentarem outros ambientes públicos como praças, parques, teatros, cinemas, sem ser somente o da sua casa de seus familiares.

Para que a escola tenha uma educação com qualidade e justa, são muitas as transformações necessárias nos sistemas educacionais e organizações das escolas, bem como uma total mudança nas atitudes e práticas de funcionamento e uma nova cultura educacional. O sistema tem que se adequar para receber todos os alunos e satisfazer suas necessidades educacionais.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

O maior desafio de uma escola inclusiva é o de ensinar todas as crianças de acordo com suas diferenças individuais, dando valor no desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem. Com o olhar voltado às necessidades educacionais, gera-se condições desses alunos com deficiência terem uma aprendizagem significativa.

Todas as crianças devem aprender juntas, independente de suas condições. A inclusão acontece deixando as barreiras da aprendizagem e participação das atividades propostas, promovendo uma flexibilização do conteúdo curricular e como essa flexibilização vai acontecer de acordo com a necessidade de cada aluno, no currículo da atividade escolar, tornando mais significativo. Assim, a escola estará garantindo o direito de todos com qualidade na educação e participação. O ponto de partida para evitar as desigualdades, diferenças de um conjunto de fatores, características pessoais e sociais, um importante valor de transformações. Levando sempre em considerações o fato de que a criança deficiente é diferente, e que a escola deve estar pronta a ajudar essa criança a desenvolver suas habilidades no contexto comum a todos, independente de que forma será realizada, eliminando aquele espírito de competitividade a partir da visão de todos tem que concluir a atividade da mesma maneira. Construir uma sociedade plural, democrática com princípios de valores reconhecendo as diferenças e sabendo lidar com elas.

O compromisso público deve ir além do que está no papel, as ações tem de estar voltadas para garantir os direitos de cada aluno, cidadão.

A Educação Inclusiva no Estado de Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, os documentos legais sobre a inclusão escolar vêm orientando os profissionais da área através das legislações, resoluções, que proporcionam o conhecimento sobre como receber um público diversificado nas atividades escolares.

O Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG) apresenta as resoluções:

- 2003 – Parecer 424, aprovado em 27/05: propõe normas para educação especial na educação básica, no sistema estadual de ensino de Minas Gerais (SEEMG, 2003b).

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

- 2003 – Resolução nº 451, de 27/05: fixa as normas para a educação especial no sistema estadual de ensino básico (SEEMG, 2003c).
- 2005 – Orientação SD nº 01, de 09 de abril: orienta o atendimento dos alunos com necessidades especiais (deficiência e condutas típicas) nas escolas da rede estadual e revoga a instrução da SEE nº 01, publicada em 20/01/92 (SEEMG, 2005a).
- 2005 – Resolução SEE nº 716, de 11 de Novembro: no Art. 28 mostra os requisitos a serem comprovados obrigatoriamente, pelos candidatos para as funções de professor especialistas em educação básica em escolas especiais ou em escolas que oferecem atendimento educacional especializado (SEEMG, 2005b).
- 2008 – Ofício Circular nº 248: Instruções para o atendimento escolar a alunos com deficiência e/ ou transtornos globais do desenvolvimento (SEEMG, 2008).
- 2014 – Guia de orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais (SEEMG, 2014b).

Todas estas Resoluções foram estabelecidas para orientar professores e administradores, com relação aos alunos com deficiências, nas Escolas Estaduais de MG.

O grande desafio para o sistema educacional de Minas Gerais, proposto pela Inclusão de alunos com deficiência nas Escolas comuns, dependerá não só das Escolas reconhecerem suas responsabilidades com cada aluno, como também proporcionar acessibilidade adequada. A Inclusão deve ser mais bem trabalhada, definida e garantida por nossos governantes.

Mas este tema, apesar de já lançado no espaço nacional (inclusão a nível nacional), ainda tem dificuldades de divulgação e assimilação, por parte dos gestores e por parte dos possíveis profissionais (professores) para atuarem nesta situação, por falta de cursos e formação continuada.

Para isto, o Presidente da República sancionou a Lei Brasileira de Inclusão, que estabelece as responsabilidades dos gestores públicos, bem como aborda os direitos fundamentais dos alunos com deficiências, a saber: à vida, à habilitação e reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social, à previdência social, à cultura, esporte, turismo e ao lazer, e ao transporte e mobilidade (BRASIL, 2015).

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Este trabalho descreve como um Professor de Apoio trabalha com Maria (nome fictício), que cuja deficiência não é considerada severa ou grave, ou algum comprometimento físico. Ela tem o diagnóstico de deficiência intelectual (mental leve no laudo) mais síndrome de epilepsia, tendo crises esporádicas. E quando não é compreendida, ou atendida, a aluna, morde, agride professoras e colegas.

Mas após oito meses de muito trabalho de atenção, a aluna começa a chamar a professora de apoio pelo nome. Os resultados podem parecer poucos, mas gratificantes com a aluna e a família, como será descrito abaixo.

Deficiências que são Consideradas Relevantes para Contratar o Professor de Apoio

De acordo com o Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, o professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas, oferece auxílio às crianças com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla e os transtornos globais do desenvolvimento (TGD).

A disfunção neuromotora é conhecida também por paralisia cerebral, uma lesão não progressiva no cérebro. Dependendo da região afetada, a criança não tem coordenação motora, movimentos involuntários, impossibilidades do movimento, dentre outras características como a fala afetada.

Deficiência múltipla é a ocorrência de duas ou mais deficiências, podendo ser física, intelectual, ou outras somatórias de deficiências.

Os transtornos globais do desenvolvimento representam um agrupado de transtornos que têm em comum as funções do desenvolvimento afetadas, como e o Autismo; Síndrome de Ret; Transtorno de Asperger; Transtorno Desintegrativo da Infância; Espectro Autista.

Essas, portanto são as deficiências que proporcionam ao aluno o direito do professor de apoio acompanhar suas necessidades e limitações mais severas. Sempre relacionada a uma dependência maior para desenvolver o aprendizado. Percebe - se que para se tiver o direito a esse profissional, o comprometimento do aluno deve ser visível, física e ou motora.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Legislação: o Professor de Apoio na Rede Estadual de Minas Gerais

Como início, serão abordadas algumas considerações da Declaração de Salamanca, 1994, onde se afirma a necessidade de apoio para receber o aluno com deficiência. No item 30 diz o seguinte:

Para a criança com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoais de apoio externo (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 9).

Na Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, nos termos da Convenção da ONU de 13 de dezembro de 2006 – Decreto Federal nº 196, de 09 de julho de 2008, da Política Nacional de Educação Especial, da Resolução CNE 04/09, da Resolução CEE nº 451/03 e da Res. SEE 2197, de 26 de outubro de 2012, orienta o atendimento educacional a alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na rede estadual de ensino. Onde esse Guia faz o comentário no item (SEEMG, 2003a):

5.2.2 Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistivas

O Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas – oferece o apoio pedagógico ao processo de escolarização do aluno com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla e (ou) transtornos globais do desenvolvimento. Esse apoio pressupõe um ação integrada com o(os) professor (es) regente (s), visando favorecer o acesso do aluno à comunicação, ao currículo, por meio de adequação de material didático – pedagógico, utilização de estratégias e recursos tecnológicos. Para atuar no atendimento, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais da docência e capacitação específica na área da deficiência que irá atuar.

Esse profissional pode atender de 1 a 3 alunos em uma mesma turma.

Não é permitido mais de um professor de apoio por turma.

A demanda para o professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva se justifica quando o aluno a ser atendido tiver necessidades de suporte na comunicação alternativa com o uso de recursos de tecnologia assistiva e na ambientação escolar de alunos com quadros psiquiátricos que apresentam alto nível de auto e heteroagressividade (SEEMG, 2003a, p. 17).

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Muitos professores desconhecem a existência desse Guia, sendo de muita importância o estudo do mesmo, onde orienta o professor de apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva, dando suporte para esse profissional (SEEMG, 2003a).

5.2.2.1 – Atribuições do Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistivas:

- a. Atuar de forma colaborativa com os professores da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;
- b. Adaptar/flexibilizar material pedagógico relativo ao conteúdo estudado em sala de aula (atividades, exercícios, provas, avaliações, jogos, livros de histórias, dentre outros) com o uso de material concreto, figuras e simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e ampliação de vocabulário de símbolos gráficos;
- c. Preparar material específico para o uso dos alunos na sala de aula;
- d. Desenvolver formas de comunicação simbólica, estimulando o aprendizado da linguagem expressiva;
- e. Prover recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa;
- f. Garantir a utilização de material específico de Comunicação Aumentativa e Alternativa (pranchas, cartões de comunicação e outros), que atendam à necessidade comunicativa do aluno no espaço escolar;
- g. Identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades dos alunos de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível;
- h. Ampliar o repertório comunicativo do aluno por meio das atividades curriculares e de vida diária;
- i. Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos na sala de aula;
- j. Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;
- k. Orientar as famílias para o seu envolvimento e sua participação no processo educacional;
- l. Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade. (SEEMG, 2003a, p. 17 e 18)

As atribuições do professor de apoio definem o trabalho desse profissional e como vem acontecendo o percurso enquanto professor de apoio à inclusão.

Sobre a importância do professor de apoio à inclusão junto ao aluno com deficiência, Silva e Maciel (2005) escreve que este professor deve desenvolver competências para as necessidades educacionais desse aluno apoiando o professor regente, atuando nas respostas educativas, no desenvolvimento do aluno, proporcionando flexibilização, adaptação as práticas pedagógicas, complementando o trabalho do regente.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

O Professor de Apoio é designado (contratado), pois ainda não houve em Minas Gerais o concurso para a função de professor de apoio. Então esse profissional é designado para a classe na qual o aluno deficiente está inserido, sendo suporte para todos que tiverem necessidade e não apenas para o aluno que foi designado (um acordo que a escola pesquisada faz no ato da contratação, caso haja necessidade). Se tornando um auxílio para o professor regente ou para os professores de disciplinas.

Esse profissional será muito importante se ele proporcionar aos alunos, junto ao professor regente ou professores por disciplinas, um trabalho conjunto criando condições de participação de todas as atividades.

De acordo com Carvalho (2009) o Professor de Apoio tem que proporcionar aos alunos toda a participação nas atividades para que não tenha insucesso escolar.

O trabalho do Professor de Apoio está resumido em observar as necessidades dos alunos, e juntamente com o professor regente e o professor especialista, criar uma meta de planejamento diferenciado para o grupo, ter uma rotina na elaboração de recurso no processo de ensino – aprendizagem.

Carvalho (2009, p.53) afirma que as funções do professor de apoio são:

- colaborar na identificação de necessidades de formação dos professores da escola, com vista ao desenvolvimento efetivo da diferenciação pedagógica;
- Apoiar os docentes na concepção e implementação de estratégias que facilitem a gestão de grupos heterogêneos e, especificamente, na planificação do trabalho a realizar com turma tendo em conta os alunos com necessidades educativas especiais.
- Colaborar com os docentes da turma na construção e avaliação de programas individualizados (CARVALHO, 2009, p. 53).

Conforme Guia de Orientação da Educação especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, estas atribuições do Professor de Apoio, é um trabalho conjunto com o professor regente ou professores de disciplinas. Sendo ele uma parte muito importante na inclusão das crianças com deficiência, um mediador do ensino aprendizagem, levando em conta cada necessidade ou limitação de cada aluno. Acompanha os alunos em todas as atividades proposta pela Escola.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Como já foi supracitado, o aluno com deficiência ainda é uma dificuldade para ele (aluno), para a Escola e para o Professor de Apoio, por não existirem ainda as particularidades para cada caso e suas aplicações na prática (nas Escolas)

Antes, este aluno com deficiência ficava em casa, em algum quarto isolado ou em alguma Instituição específica para sua situação (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Instituto de Cegos, Instituto de Surdos, etc), se, na maioria dos casos, morasse perto de tal Instituição.

A Especialização de Professores, para esta tarefa, ainda é uma dificuldade nos dias de hoje. O Governo não dá o apoio necessário para que todas as Escolas recebam estes especialistas. A infraestrutura para a adaptação da instituição escolar às necessidades dos alunos não é adequada, bem como os materiais necessários para adaptar as atividades Junta-se o fato de salários não adequados, da maioria dos Professores serem contratados (não efetivos), da carga horária e tipo de trabalho exaustivo. Outro documento de importância para a inclusão é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que:

é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017 p. 9).

Se o BNCC deve ser o referencial dos currículos de todas as redes públicas e particulares, como se desenvolveria e se aplicaria em todos os Estados e Municípios, de forma igualitária, no território nacional?

Adaptações Curriculares

As adaptações, adequações ou flexibilizações são para atuar diante das dificuldades de aprendizagem desses alunos. Deixando um currículo dinâmico, alterável para atender as necessidades desses alunos.

Para o professor de apoio realizar as suas adaptações curriculares, precisa conhecer o aluno e sua necessidade, qual a melhor maneira desse aluno participar e aprender por meio das atividades propostas para a sala.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Conforme o planejamento do professor regente ou professores de disciplinas, com antecipação ao acesso à esse material (planejamento) o professor de apoio faz adaptações, ou adequações de acordo com a necessidade do(s) aluno(s) com deficiência.

O olhar desses profissionais tem de ser direcionado à realidade do aluno, para motivá-lo a participar de todas as atividades propostas para a sala.

Os critérios para qualquer adaptação curricular vão além dos materiais xerocados ou atividades, recortes de figuras. Todo o planejamento é desde a chegada desse aluno na Escola, sendo ele todos os dias, onde se realiza a organização do ambiente, confecções de materiais para dar suporte do que aluno necessita para estudar.

As adaptações curriculares não são permanentes, vão desde o atendimento educacional, aos diferentes estilos e formas de aprendizagem, pois as adaptações curriculares são definidas como respostas dadas por esses alunos favorecidos, pela sua necessidade educacional, proporcionando acesso e participação integral.

De acordo com o MEC/SEEMG (2003a) – Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais:

- b) adaptar /flexibilizar material pedagógico relativo ao conteúdo estudado em sala de aula (atividades exercícios, provas, avaliações, jogos, livros de histórias, dentre outros) com uso de material concreto, figuras e simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temática para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso de recurso de comunicação e ampliação de vocabulário de símbolos gráficos (item b, 5.2.2.1, p. 17).

Brasil (1999) ressalta que:

As adaptações significativas na avaliação estão vinculadas as alterações nos objetivos e conteúdos que foram acrescentados ou eliminados. Desse modo, influenciam os resultados que levam, ou não, à promoção do aluno e evitam a “cobrança” de conteúdos e habilidades que possam estar além de suas atuais possibilidades de aprendizagem e aquisição (BRASIL, 1999, p. 40).

A Educação Inclusiva permite o estudante com deficiência aprender as mesmas coisas que os outros colegas, conforme sua limitação, mas essa oportunidade é oferecida a todos.

A Escola comum propõe no seu Projeto Político Pedagógico, metodologia de ensino com ações que favoreçam essa comunidade.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Adaptação curricular é a estrutura do currículo da escola inclusiva. Uma adaptação com objetivos específicos. Ou melhor, não é somente o aluno que se adapta às normas da Escola, mas sim a dinâmica de ensino tem por obrigação permitir a participação e aprendizagem deste aluno. Dando oportunidade ao acesso curricular, independente de suas limitações, as adaptações permitem possibilidades à aprendizagem.

Na LDB nº9394 (BRASIL, 1996), prescrita em seu art. 59 Inciso II, vê-se que os sistemas de ensino assegurarão aos estudantes com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), essas adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e ações docentes as quais definem: o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organizar o ensino para o processo de aprendizagem; como avaliar o aluno.

A participação bem sucedida, desse aluno vai além da elaboração do Plano Político Pedagógico da escola e do plano de ensino do professor. Convém fazer acontecer essa participação do aluno com deficiência.

Essas adequações protegem o caráter dinâmico e flexível que o currículo escolar deve ter, incluindo ações que proporcionam condições ao aluno na participação das atividades.

As dificuldades de aprendizagem na escola requerem respostas educacionais adequadas, envolvendo as possíveis adequações ao currículo, uma circunstância que o professor de apoio, junto ao professor regente (1º ao 5º ano) e ou professores de disciplinas ou regente de aula (6º ao 9º ano e ensino médio), definem seus critérios de como e quando o aluno vai aprender, uma forma de organização mais viável de acordo com a dificuldade do aluno para que o processo de aprendizagem aconteça.

Atingir o mesmo grau de conhecimento vai levar o tempo que o aluno precisar, pois nem todos realizam com a mesma intensidade.

As adaptações são ferramentas úteis que podem se alteradas de acordo com o Plano Político Pedagógico da Escola para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social do aluno. Essas adequações são entendidas conforme o Brasil publicou em Adaptações Curriculares do Ministério da Educação (BRASIL, 1999).

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

- Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas), são as modificações promovidas no currículo, sendo todas as atribuições de responsabilidades dos professores como: na promoção de acesso ao currículo; nos objetivos de ensino; no conteúdo ensinado; no método de ensino; no processo de avaliação e na temporalidade de realização dessas atividades.

- Grande Porte (Adaptações Significativas) sendo aquelas de competência e responsabilidade dos setores administrativo da escola inclusiva, as que consistem principalmente na eliminação de conteúdos essenciais e/ou de objetivos gerais que se consideram básicos, conseqüentemente nos critérios de avaliação.

As adequações mais usadas são as de Pequeno Porte que são modificações no planejamento normal das atividades propostas para o contexto normal de sala de aula. Medidas que vai levar o aluno a aprender os conteúdos curriculares de maneira ajustada às condições do aluno (uns dias mais lentos, em outro momento, já não realiza aquela atividade proposta da aula anterior, novas tentativas até chegar às avaliações) selecionar métodos mais acessíveis para o aluno, exemplo: simplificar as frações, eliminando a necessidade de realizar os cálculos, usando um material concreto confeccionado para o aluno compreender o que é fração, sem previsão de tempo para realização das atividades ou conteúdos.

Alguns exemplos de atividades adaptadas para uma aluna do 4º ano do Ensino Fundamental, que sempre necessita de ajuda, para realizar atividades:

Na Figura 1 mostra - se uma atividade de Matemática proposta para toda a turma da sala, solicitando que os alunos dê os vizinhos dos numerais descrito na figura central, colocando o sucessor e o antecessor de cada número. Para a realização dessa atividade a aluna com deficiência necessita de uma adaptação conforme a Figura 2, onde com as mesmas figuras (casa), mas de uma forma maior e confeccionado os números nas tampinhas de achocolatado, trabalhando o concreto em números menores.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

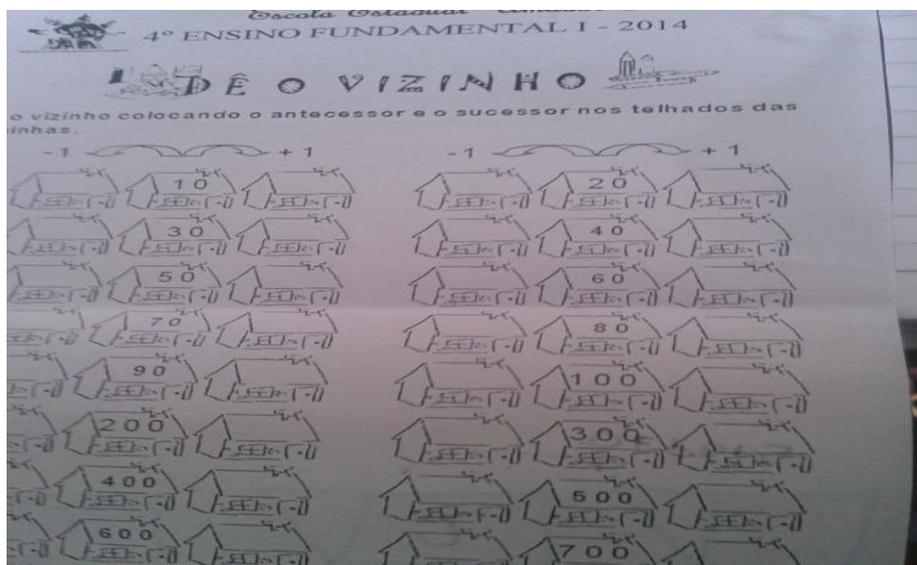


Figura 1 – Atividade proposta para a turma.
Fonte: própria do autor

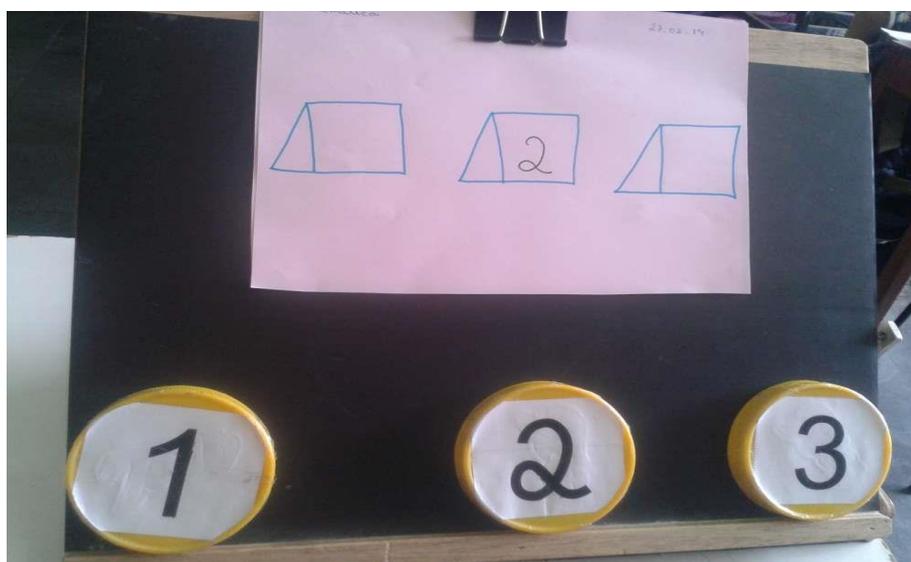


Figura 2 – Atividade adaptada para o aluno com deficiência.
Fonte: própria do autor

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089



Figura 3 – Aluna realizando a atividade proposta.
Fonte: própria do autor

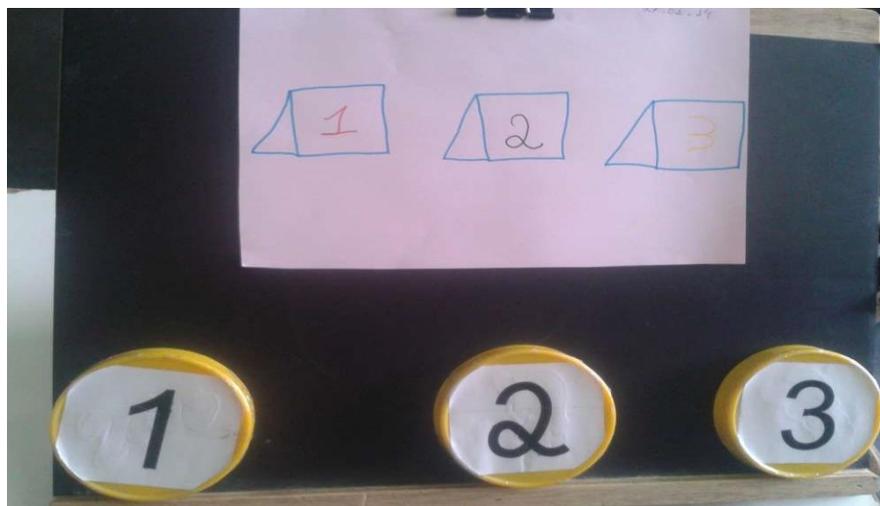


Figura 4 – Após a realização, a professora mostra para a aluna que ela realizou a atividade.
Fonte: própria do autor

Na atividade da figura 3 a aluna desenvolve a atividade proposta com números móveis. A figura 4 mostra a conclusão da atividade que a aluna realizou, a princípio com ajuda e, nas últimas tentativas, sozinha.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

A atuação de uma Professora de Apoio em Uberlândia-MG

Neste item, a professora pesquisada relata fatos vividos na função de professor de apoio de uma Escola Estadual de Uberlândia – MG.

No ano de 2010 teve início as designações para o cargo de professor de apoio, pois no ano anterior as Escolas Especiais já orientavam os pais a matricularem os filhos no ensino comum, garantindo que teriam direito ao professor de apoio, encorajando os pais.

Durante a pesquisa, ouviu-se um relato contado por uma professora que trabalhava em uma Escola Especial, e acompanhou todas as orientações, direcionadas pelas instâncias administrativas da escola durante o ano de 2009. Quando iniciou o ano letivo de 2010, sua vaga já não estava mais garantida na Escola Especial. Foi quando ela participou de uma vaga em uma Escola Estadual, contando o fato como aconteceu:

Professora M. H:

“No início do ano de 2010 houve designação para professor na Escola Estadual C. C. para atuar com um aluno com Deficiência Múltipla. Foram 10 candidatas, sendo que somente 5 possuíam curso superior e dentre essas 5 nenhuma era habilitada em Educação Especial e especialização em Educação Inclusiva e tivesse alguma experiência nesta área. Foi nessa época que começou o ingresso nas escolas de professor de apoio. Esse professor trabalha em parceria com o professor regente de sala, troca ideias, planejamento e faz adaptações para serem repassadas e aplicadas na sala de aula com os alunos especiais. É uma experiência gratificante, mas exige do professor perseverança, vontade e comprometimento no desempenho e na realização das atividades propostas e trabalhadas com os alunos. É um trabalho muito válido, pois eles necessitam de um atendimento individual, pois são totalmente dependentes e necessitam do apoio constante desse profissional” (2015).

Uma professora pesquisada inicia seu trabalho numa Escola Estadual. Foi contratada por ter um currículo de experiência na APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS e possui cursos da Educação Especial como: Fundamentos da Educação Especial; Deficiência Mental; Deficiência Física; Coordenação Motora (Estimulação). Após esse contrato, a professora de apoio pesquisada percebe que necessita de muito mais cursos para concorrer às vagas, e em um site, realiza os cursos online solicitados na resolução SEE Nº 2.686, republicada em 18 de novembro de 2014. Completando a carga horária exigida pela resolução, como: curso de deficiência múltipla, deficiência física e outros (SEEMG, 2014).

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Com os cursos e carga horária exigidas, concorre a outra vaga numa Escola Estadual, sendo designada para ficar com 5 alunos de deficiências diferentes. Na realidade fez cursos, pesquisou sobre o que fazer, mas não tinha noção certa de suas funções. A partir dessa realidade deparou com as grandes dificuldades, sendo a falta de conhecimento do que fazer com aqueles alunos, encontrando a professora regente angustiada com a diversidade encontrada na sala de aula. Iniciou um trabalho de socialização, limites para esses alunos com deficiência. Como um segundo passo, elaborou junto a professora regente as atividades adaptadas de acordo com a necessidade de cada aluno.

Com o passar do tempo, continuou buscando novos conhecimentos, de como fazer acontecer à inclusão dessas crianças em todas as atividades da escola. No final do ano mais cursos online, pois são várias as deficiências e para cada uma exige os cursos separadamente.

O Caso de Maria (nome fictício)

Novamente na mesma escola, a professora de apoio consegue o contrato para uma vaga no 2º ano, para uma criança com deficiência múltipla, o qual descia da cadeira se escorregando, se arrastava pela Escola toda apoiado apenas em uma perna, a que lhe dava mais condição de locomoção. O aluno não aceitava ficar dentro da sala de aula, queria passear o tempo todo atrapalhando os colegas a se concentrarem na aula. Necessitando de limites e regras, era um aluno bem comprometido fisicamente. No ato da designação foi solicitado que além do cadeirante, tinha uma aluna que necessitava também do apoio. É dessa criança, que a professora de apoio pesquisada conta a história.

Maria é uma aluna que não tem direito ao professor de apoio, pois sua deficiência não é considerada severa ou grave, ou algum comprometimento físico. Ela tem o diagnóstico de deficiência intelectual (mental leve no laudo) mais síndrome de epilepsia. Chegou à escola tendo uma crise por semana de 3 a 4 minutos, considerada normal. Mas quando acontece a crise epilética, é para o desespero de todos que acompanham a situação que encontra a aluna durante o momento de crise. A mãe da aluna orienta como agir diante do fato. A professora coloca um aluno sentado de cada lado, percebendo desde o primeiro momento que não dá

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

para Maria ficar sozinha, pois o impacto é grande, durante a queda da criança no momento da crise.

Quando não compreendida, ou atendida, a aluna, morde, agride professoras e colegas. Os limites são impostos através das atividades, pois para cada agressão leva uma correção (sendo ela(a correção) conversado e concordada pela mãe de Maria). Como ela gosta muito de usar tintas nas aulas de arte, a correção fica colocado que não vai utilizar, vai colorir com os lápis de cor, ou também, quando destrói algumas atividades rasgando – as, a correção é colocar as mãos entre as pernas, até que a professora consiga elaborar outra atividade para substituir. Sempre com muita conversa para compreender o que foi proposto e ela não cumpriu.

Após oito meses a aluna começa a chamar a professora de apoio pelo nome. Neste momento os resultados podem parecer poucos, mas pelas dificuldades encontradas, foi conquistado um elo muito grande com a aluna e a família, o conhecer a aluna, faz acreditar que existe um grande potencial, e ela começa a responder pelas regras e normas da escola, tais como: entrar para a sala junto com os colegas, reconhecer o seu lugar na sala de aula, diferenciar as atividades de cada matéria proposta pela professora regente (aula de Educação Física/ aula de Artes/ Matemática e etc.) ir para o recreio e voltar para a sala junto com a sua turma. As atividades já não são mais destruídas com frequência, e as agressões também diminuíram.

Em outro ano seguinte, a professora de apoio fica contratada pela mesma Escola, e escolhe ficar com os mesmo alunos, incluindo Maria que como já supracitado, não tem o direito ao professor de apoio.

Nesse ano troca de cuidador profissional conhecido Auxiliar de Serviços de Educação Básica (ASEB) (pessoa designada para acompanhar a aluna no recreio e ao banheiro, facilitando o trabalho na Escola), e novamente inicia-se um trabalho de orientação de como agir diante das crises e da falta de limite de Maria. Percebe-se que ela agride quando não é compreendida ou atendida.

Todo conteúdo programado pela professora regente é transmitido para a professora de apoio antecipadamente, para que possa fazer as adequações de acordo com a realidade de cada aluno deficiente. Esse trabalho conjunto faz com que o crescimento dessa aluna seja mais

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

rápido e eficaz. Pois com a parceria da professora regente, que compreendeu o seu papel diante da inclusão, reconhece Maria e os demais alunos com deficiência como seus alunos também, e passa a contribuir para os limites dentro da sala de aula.

A função do professor de apoio é na realidade apoiar esse professor regente diante da diversidade encontrada na sala de aula. Esse professor de apoio vem com a contribuição diante da situação de ensino e de aprendizado dos alunos com deficiência e com esse aluno matriculado na Escola é liberado o professor de apoio, quando recebe alunos com deficiências mais severas citadas anteriormente. O aluno deficiente não é somente de responsabilidade do professor de apoio e sim da comunidade escolar, como por exemplo, diretora, vice – diretora, supervisora, auxiliares administrativos, enfim de todos.

Os resultados foram excelentes, Maria cresceu diante do conhecimento e da socialização, as agressões não eram mais vistas, as atividades não são mais destruídas. Passou a ter prazer em realizar as atividades junto aos seus colegas. Na metade do ano ela começa a sentar sozinha na fila da sala de aula, escolhendo seu próprio lugar. As crises são constantes, os próprios colegas passam a reconhecer o momento que Maria passa mal, e avisa as professoras. A aluna já está bem carinhosa e reconhece sua turma, dois colegas até chama pelo nome e, como já supracitada, Maria começou a chamar a Professora de Apoio pelo nome.

No ano seguinte, Maria é matriculada no 4º ano do Ensino Fundamental. A proposta curricular foi à mesma. Trabalhar em conjunto com o professor regente. A comunicação da aluna Maria já está bem nítida. Até os colegas conseguem compreender seus pedidos, reconhece o momento de entrada e saída da sala de aula, não agride mais quando não é atendida, apenas emburra e não realiza a atividade proposta pela professora de apoio. As crises de epilepsia aumentam. A comunicação com a mãe é constante, e algumas pessoas da comunidade escolar já estão acostumadas a prestar socorro no momento em que passa mal. Mas ainda não deixam de chamar a professora de apoio, que todas as vezes liga pra mãe avisando como foi, se caiu, quanto tempo de duração. Tudo é anotado no caderno de planejamento.

Maria ainda não faz escrita, reconhece o nome através das letras móveis, montado em fichas, números e quantidade com objetos concretos. As atividades possuem muitas figuras,

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

conduzindo a aluna a sempre responder as atividades, participar de todas as atividades proposta para sua turma. Chama muitos amigos pelo nome, e chama o professor regente na sua carteira a cada atividade concluída.

É angustiante ver que esse professor de apoio muitas vezes faz do seu papel, uma outra função. A visão de que estão ali apenas para socializar, brincar, jogar, cuidar do aluno, tornando uma “babá” (cuidador). A função do professor de apoio vai além, lembrando que esses alunos estão ali com os mesmos direitos, o de aprender, desde que acreditam no potencial do seu aluno, sem olhar para sua deficiência, acreditando no seu trabalho. Deve respeitar o limite do aluno deficiente, mas sem deixar ele como um enfeite no cantinho da sala de aula. Quando se busca conhecimento do que fazer e como agir, o trabalho se torna mais fácil e prazeroso.

No ano posterior a aluna já está no 5º ano com 11 anos de idade. Segundo médico neurologista, as crises epiléticas aumentaram por causa das mudanças hormonais, sendo mais frequentes e muito mais demoradas. Percebe-se que no início do ano houve uma regressão no seu comportamento, às vezes agressiva, outra hora calma, tremula.

Maria obedece às normas da escola, realiza as atividades propostas para a turma, esperando pela sua vez, participando de danças, passeios, teatro nas datas comemorativas da escola. A aluna na hora de realizar a atividade pede a ajuda para a professora de apoio, mas ao concluir ela mostra para a professora regente. Em casa, Maria comenta o quanto gosta de sua Escola, reconhece o público escolar, diferenciando do público familiar. Ela pede para ir a Escola nos finais de semana, demonstra gostar muito do ambiente que frequenta. Um lado negativo que pode ser observado é o de que outros professores de apoio deveriam conhecer Maria, desenvolver o trabalho junto a essa aluna, construindo outros elos de afetividade, pois a cada ano está sempre sujeito a troca de professores, onde a mãe fala de suas angústias e medo.

Finalizando um ano, Maria iria para o 6º ano no ano seguinte, porém, a direção da escola não conseguiu um professor de apoio para ela, pois sua deficiência ainda não é vista como severa, a ponto de liberar um apoio só para ela. A mãe, diante disso, se viu novamente na dependência da decisão da família da colega com deficiência múltipla, que vão reter a filha por mais um ano no 5º. Se sentindo frustrada diante dessa decisão, mas com a colaboração da

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

administração da escola, ela disse que não vai desistir, já que a filha não tem por direito uma profissional para ela. A direção solicita a ajuda do profissional designado para a aluna com deficiência múltipla. Até porque, o professor de apoio pode e deve atender até 3 alunos na mesma sala, conforme a resolução.

Vale ressaltar que neste ano, novamente, não houve concurso para a função de professor de apoio no Estado de Minas Gerais. Sendo que novamente esses profissionais ficam a disposição da classificação que fizeram dois anos antes, para concorrer às vagas, nas Escolas Estaduais.

O importante, para valorizar e se acreditar que a inclusão escolar se efetivasse, seria necessário que cada gestor administrativo (Federal, Estadual e Municipal) se debruçasse sobre a Lei Brasileira de Inclusão e organizasse uma equipe, em cada nível, para que se estabelecer regras no sentido de tornar plausível o que se deseja – a inclusão. Daí dada a importância da função, se deveriam estabelecer concursos efetivos para atuarem nessa situação. Estas ações levariam o professor a acreditar no potencial do seu aluno, persistir no processo ensino aprendizagem, além da necessidade de se ter a parceria da família. Esta equipe poderia estabelecer, por exemplo, sobre o processo avaliativo do aluno ou de cada aluno de inclusão (BRASIL, 2015).

Considerações Finais

O desafio maior para o professor de apoio é a busca de formação profissional, exigindo cursos na Educação Inclusiva. O assunto ainda é novidade, sendo então encontrado pouco material sobre o professor de apoio e sua atuação.

Foi elaborado pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia – MG, em 2011 uma capacitação do projeto EJA para alunos matriculados em Escolas Especiais. Em 2012, houve um curso de comunicação alternativa (que destina a pessoas com necessidade comunicativa, sem fala ou escrita funcional, com objetivo de ampliar o repertório comunicativo do aluno, através das pranchas com imagens) para alunos com disfunção neuromotora/autismo. Em 2013, repete-se o curso, pois não supriu a demanda. Em 2014,

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

outra capacitação em deficiência física e tecnologia assistiva (sãos recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades de pessoas com deficiência, promovendo uma vida mais independente) na escola.

Esses profissionais precisam ter o interesse em participar da jornada. Além de que, no momento da contratação para o cargo, é exigido esse curso no contrato, ficando na dependência das inscrições que surgem a cada determinação criada pelos sistemas dos governantes.

Outro desafio é a participação da família acreditando que o filho tem potencial, aceitando que ele tem uma deficiência e foge do padrão normal em aprender a ler e a escrever como os que não tem deficiência. Ele vai ter suas conquistas, aprender os conteúdos também, porém muitos deles sem a escrita, de acordo com a sua limitação. Com a professora pesquisada, não foi diferente. A conquista começou em obter a confiança da mãe, onde sempre esteve presente, disposta a ajudar sua filha nas atividades do dia a dia.

Citando mais um dos desafios não se pode deixar de colocar a falta de recursos para confeccionar materiais específicos para cada conteúdo, sem falar da acessibilidade como rampas, banheiros, portas acessíveis, para circular por toda a Escola. É a maior luta das Escolas que estão recebendo a demanda deficiente.

O governo deve proporcionar um sistema mais flexível para a aquisição de componentes de acessibilidade, direito resguardado por Lei. O trabalho conjunto é fundamental, pois se depende do planejamento do professor regente ou professor de aulas/disciplinas para preparar as adaptações com antecedência, um trabalho conjunto, pensado nas dificuldades dos alunos deficientes. E muitas vezes são difíceis encontrar os dois profissionais interessados na aprendizagem do aluno deficiente.

Vemos que se tem muito a ganhar quando a comunidade escolar se prepara, organiza para receber os alunos com deficiência. O trabalho de “formiguinha” é incansável por parte de todos envolvidos, sem desistir do que estão propostos a realizar.

A inclusão representa uma mudança nos valores para as Escolas e a sociedade, sendo vista antes dessas crianças chegarem à Escola, para compor o Projeto Político Pedagógico da Escola. Tem por objetivo atender a necessidade de aquisição de aprendizagem a toda a diversidade de gênero.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Como foi citado no Projeto Incluir das Diretrizes da Educação Inclusiva em Minas Gerais:

“[...] os alunos deverão ser percebidos como sujeitos que têm diferenças. Será preciso rever processos avaliativos, sem que isso signifique ausência de avaliação. Também a função da escola será ampliada, não se registrando a ensinar a ler e a escrever” (SEEMG, 2007, p. 12).

O que de fato é uma situação que, quando quebrada a barreira, o interesse para superar e acabar com o preconceito, discriminação e tratamento desigual aos sujeitos considerados menos favorecidos. Pois uma Educação Inclusiva se apoia em atitudes de que todos os alunos podem aprender e de que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas na Escola. Deixando claro que a Escola não é uma instituição pronta, mas flexível para acompanhar o ritmo do público recebido.

A participação de todas as crianças, em todas as possibilidades ofertadas pela escola é impedir que ela voltasse a segregar, isolar da sociedade como foi praticado ao longo dos tempos.

Os resultados são lentos, mas as práticas pedagógicas não se concluem apenas em um ensino adaptado para os alunos com deficiência, mas com um ensino diferente para todos, em que tenham condições de aprender, conforme suas capacidades.

O principal objetivo é o ser humano aceitar o diferente, e o diferente aceitar a sua diferença, procurando um caminho sem discriminação, onde por muitas vezes a professora pesquisada relata o envolvimento dos colegas da sala de aula, ajudando, o colega com mais dificuldade, a participar das atividades propostas, como, por exemplo: sendo numa apresentação de dança, apresentação de teatro, atividades de educação física ou de arte. A colaboração sem o receio de se aproximar, de tocar, de ajudar o colega.

O crescimento do aluno vai além da socialização. Com a participação acontece o aprendizado, de acordo com a sua limitação, trazendo benefícios para todos os envolvidos. Para os alunos sem deficiência a possibilidade de desenvolver suas atitudes positivas, tornando-os sensíveis, compreendendo as diferenças e semelhanças individuais. E os professores a trabalhar de forma articulada, além de buscar a qualificação frente às novas demandas que se colocam.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

No Estado de Minas Gerais, entre as medidas tomadas para que os alunos com deficiência sejam incluídos na Escola comum é a presença do professor de apoio nas salas de aulas, auxiliando o professor regente/disciplina.

Conforme apontado neste trabalho, o professor de apoio passa a colaborar com o atendimento de alunos com grandes limitações. Podendo ser de 1 a 3 alunos conforme supracitado. Desse modo, o professor de apoio é um profissional integrado ao processo inclusão escolar.

Durante o processo de implementação da educação inclusiva, o professor de apoio teve suas atribuições alteradas, variando de acordo com cada Plano Político Pedagógico da Escola que for contratado. Muitas vezes é pouco valorizado e não tem noção do trabalho desenvolvido. Sem preparo para atuar nesta função, muitos se tornam cuidadores. As condições, a falta de conhecimento afasta das reais possibilidades de aprendizagem e o professor distanciando da sua função, até mesmo por não acreditar no potencial do aluno recebido, lhes faltando o necessário: formação; concurso; apoio pedagógico; currículo adequado e perfil.

A inclusão é quase um sonho, que de passos lentos, vem acontecendo. A inclusão é o princípio do direito, da justiça e respeito a diferença. Os professores de apoio têm contribuído de forma significativa para que a inclusão desses alunos com deficiência aconteça.

No caso Maria, sua deficiência não liberou apoio até no início do ano de 2016, porém há muita esperança por parte da mãe, que se preocupa com o que pode acontecer se algum dia vir ficar numa sala sem a colega com deficiência múltipla. O que depender da direção da Escola a aluna não vai ficar sem professor de apoio, pois hoje é uma das Escolas que mais recebe crianças especiais da cidade de Uberlândia - MG.

Vale ressaltar a necessidade de concurso para capacitar a equipe/formação continuada, efetivando esse professor, é a garantia da inclusão desses alunos. Este professor, salvo melhor juízo, deveria ter em sua formação todos os conhecimento necessário para atuar na função professor de apoio.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

REFERÊNCIAS

BRASIL - **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** – Lei 9.394/1996.

BRASIL. **Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão**. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v.134, n.248, 23 dez.1996. Seção 1,p27834 – 27841.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1998.

CARVALHO, M.C.N. **Professor de Apoio Educativo: Mediadores? Como? Quando?** Dissertação de Mestrado em Ciência da Educação. Universidade de Lisboa, 2009.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais** – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

DUK, C. **Educar na Diversidade: material de formação docente**. 3 ed., Brasil; MEC / SEESP, 2007.

FIGUEIRA, E. **Caminhando em Silêncio –“Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil”**. 2008. Editora Giz.

GARCIA V.G. **As Pessoas com Deficiência na História Brasil**. Disponível em: www.bengalalegal.com/pcd-mundial. Acesso em Junho de 2015.

GUGEL, M.A. **A Pessoa com Deficiência e sua Relação com a História da Humanidade**. Subprocuradoria Geral do Trabalho. Conselho do CONADE. 2007. Guia de Orientação da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. – Versão Junho 2014 – Diretoria de Educação Especial.

MENICUCCI, M.doC. **Educação Inclusiva: possibilidades e desafios atuais**. Centro de Formação de Professores/ PUC MINAS. Educação Especial Inclusiva: ênfase em ciências Humanas, livro – texto 1, p. 8 a 11.

OLIVERIA, A.A.S.de. Adequações Curriculares na Área da Deficiência Intelectual: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; (Org.) **Inclusão Escolar: As**

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica. Marília: FUNDEPE, 2008.

SEEMG - **Diretrizes da Educação Inclusiva em Minas Gerais: Projeto Incluir.** Livro 2 – 2006.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS), **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**, 2014b.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS), **Ofício Circular nº 248**, Instruções para o atendimento escolar a alunos com deficiência e/ ou transtornos globais do desenvolvimento, 2008.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS), **Orientação SD nº 01/2005** - Atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais decorrentes de deficiências e condutas típicas, 2005a.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS), **Projeto Incluir: Diretrizes da Educação Inclusiva em Minas Gerais**, 2007.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS), Resolução 2686, **Estabelece critérios para inscrição e classificação para designação 2015**, 2014a.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS), **Resolução N.º 716**, Normas para organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e designação para exercício de função pública na rede estadual, 2005b.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS). **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**, 2003a.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS). **Parecer Nº 424/03** Normas para a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerai, 2003b.

SEEMG (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS). **Resolução Nº 451**, Normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino, 2003c.

SILVA, K.F.W. da; MACIEL, R.V. M. **Inclusão Escolar e a Necessidade de Serviços de Apoio: Como fazer?** Revista do centro de Educação Santa Maria, Santa Maria, n. 26, 2005.